

CASA FAMILIAR RURAL: UMA ESCOLA DIFERENTE

Vivieny Nogueira Visbiski¹
Pedro Henrique Weirich Neto²

Resumo

Marginalizados do processo de modernização da agricultura brasileira, os pequenos agricultores foram obrigados a migrar para as cidades. As universidades, centros do saber, não deveriam ficar alheias a este processo de transformação. Neste sentido, a universidade deve buscar subsídios junto a experiências de instituições governamentais ou não, como a Casa Familiar Rural (CFR), instituição de parceria do Estado e de órgãos privados, que procura articular a realidade das comunidades agrícolas com o processo de ensino. Esta utiliza a pedagogia da alternância, onde os alunos permanecem uma semana na CFR e duas na propriedade agrícola. Cada semana na CFR tem tema de interesse regional, escolhidos pela associação das famílias dos alunos. Esta semana é programada com vários espaços, na sua maioria diferente da escola tradicional. Dentre estes se destacam o contato individual, a colocação em comum, espaços culturais e a avaliação, neste último a semana, como um todo, é avaliada. A metodologia prevê a existência do caderno da alternância, onde as atividades das semanas na propriedade são anotadas para posterior discussão. Dentro do atual contexto do ensino rural brasileiro, a CFR torna-se uma experiência importante e merece um voto de louvor pela aceitação e apoio dos alunos e suas famílias.

Palavras-chave: casa familiar rural, educação, educação rural.

RURAL FAMILY HOUSE: A DIFFERENT SCHOOL

-
- ¹ Eng^a. Agrônoma, M.Sc. Prefeitura Municipal de Wenceslau Braz, Paraná.
 - ² Eng. Agrícola, Dr., Laboratório de Mecanização Agrícola, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Av. Carlos Cavalcanti, 4748, CEP 84030-900, Ponta Grossa. E-mail: lama1@uepg.br

Abstract

Small farmers, marginalized in the modernization process of agriculture in Brazil, were forced to migrate to the city. Universities, as centers of knowledge, should not overlook this transformation. To improve their performance, universities should seek support and learn from the experiences of other governmental or non- governmental institutions, such as the Rural Family House (Casa Familiar Rural – CFR). CFR is a partnership between government and private organizations, with the aim to combine the reality of agricultural communities with the basic education system. CFR applies the “pedagogy of alternation”, whereby students stay one week at the CFR and two at the farm. Each week at the CFR has a regional theme, chosen by the students’ Parent Associations. The week is scheduled in blocks, different from those of the traditional school. There are opportunities for individual contact, group contact, cultural area and evaluation, where the whole week’s work is assessed. The methodology requires the use of an “alternation notebook”, where the weekly activities at the farm are described for further discussions at the CFR. In the context of the current rural education system, CFR has become an important experience and should be praised for the degree of acceptance and support it has received from students and their families.

Key-words: rural family house, education, rural education.

1. Introdução

A modernização da agricultura brasileira iniciou-se a partir do fim da 2ª Guerra Mundial e se consolidou na década de 70, quando a modernização tecnológica e o crédito subsidiado passam a ser os instrumentos de crescimento da produção agrícola. À margem deste processo de “evolução”, os pequenos agricultores, com áreas de tamanho insuficiente, situadas em regiões de baixa aptidão agrícola e afastadas dos circuitos dinâmicos da economia agrícola, viram-se obrigados a migrar para as cidades ou então a complementar a renda com o trabalho assalariado.

Com esta visão do rural brasileiro, as universidades, centros do saber, não deveriam ficar alheias ao processo de transformação. Neste sentido, há necessidade da busca de subsídios junto a experiências de instituições governamentais ou não. Uma delas é a Casa Familiar Rural, instituição de parceria do Estado do Paraná, prefeituras municipais e

órgãos privados, que procura articular a realidade das comunidades agrícolas com o processo de ensino fundamental e médio.

A educação, para Saviani (1999) é inerente à sociedade humana. Nas comunidades primitivas, o processo de aprendizado coincidia com a produção da existência humana em sociedade, que implicava no desenvolvimento de formas e conteúdos cuja validade era estabelecida pela experiência. Nas sociedades antigas, onde o modo de produção era o escravista, e na sociedade medieval, onde imperava o modo de produção feudal; com a apropriação privada da terra, então considerada o principal meio de produção, surge uma classe ociosa, que vivia do trabalho alheio, e em consequência disso se desenvolve uma educação diferenciada, destinada a preencher o tempo livre de forma “digna”. É neste quadro, relata Saviani (1999), que se origina a palavra escola, que em grego significa lazer, tempo livre, ócio.

Na sociedade moderna, afirma Saviani (1999), onde se estabelece o modo de produção capitalista, a agricultura é subordinada à indústria, e consequentemente a escola rural é subordinada a urbana.

Niskier (1996) relata que o ensino agrícola nasceu em 1889, com a Proclamação da República e a criação pelo Governo da Pasta de Agricultura, Comércio e Indústria. Porém, somente em 1909 foram criadas instituições de ensino voltadas para estudos agrônômicos.

Em um trabalho realizado em Mossâmedes - Estado de Goiás, Brandão (1983) entrevistou trabalhadores de diversas categorias, procurando descrever o que eles pensam a respeito da sua própria educação, a de seus filhos e a relação entre a educação e as outras formas de reprodução do conhecimento.

No caso dos lavradores, afirma Brandão (1983), a escola é reconhecida como um agente profissional de mínima importância. É reconhecida apenas quando oferta conhecimentos “modernos”, por exemplo, sobre como trabalhar com os bancos, comerciantes e insumos. A escola é compreendida como o lugar da contra-educação rural, onde a criança aprende a deixar de “lidar com a terra”. A escola não é compreendida como um agente de formação profissional, mas de informação daquilo que é necessário adquirir para aprender uma profissão: ler, escrever e contar.

Carneiro (1998) pesquisou jovens do meio rural em Nova Pádua (RS), onde 83% dos entrevistados informaram que não gostariam de permanecer na atividade agrícola, porque é “um trabalho pouco rentável, sem futuro, instável, sem recompensa, duro, pesado e sujo”.

A educação se torna, assim, um ato de depositar, em que “os educandos são os depositários e o educador, o depositante”. Esta é, para Freire (1987), a concepção “bancária” de educação. Nesta distorcida visão da educação, não há criatividade, não há transformação. Os trabalhadores não são incentivados a questionar e transformar a realidade da qual fazem parte e olham a cidade como única opção.

Outra questão levantada por Brandão (1983) foi a posição dos trabalhadores quanto à continuidade dos estudos de seus filhos. Para os fazendeiros, a continuidade dos estudos de seus filhos é um “projeto”. Enquanto os filhos dos fazendeiros são cada vez mais liberados do trabalho para o estudo, os filhos dos camponeses são cada vez mais requisitados para o trabalho.

Para tentar superar esta dificuldade, um exemplo é a pedagogia da alternância que, segundo Pessoti (1995) permite períodos integrais de formação, na escola, em regime de internato, que se alterna com o período na propriedade familiar permitindo a unificação, no processo de formação profissional, do trabalho coletivo dos professores, dos pais e de lideranças comunitárias.

A escola-família e a pedagogia da alternância, segundo Pessoti (1995), se desenvolveram na França. Em sua origem, a escola-família é uma escola de formação profissional, e abrange o período de escolarização da escola média inferior, com duração de três anos escolares, para alunos a partir dos 14 anos. Existem também as escolas-família de formação em alternância do técnico em agropecuária.

Segundo Ricci (1999) existem cerca de 1000 centros no mundo que adotam a pedagogia da alternância. No Brasil, a experiência das escolas família foi introduzida em 1968, no Espírito Santo, e proliferou nos anos 80. As escolas família subdividem-se em quatro vertentes: as vinculadas ao Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo (MEPES); as afiliadas à Associação das Escolas da Comunidade e Famílias Agrícolas da Bahia (AECOFABA); as Casas Familiares Rurais (com maior presença no Sul do país) e as Escolas Comunitárias Rurais.

Brandão (1983) também constatou junto aos trabalhadores que nenhum agente pedagógico e nenhuma prática social isolada (família, escola, igreja, et.) são em si mesmos, responsáveis únicos por qualquer modalidade de trabalho de socialização.

O trabalho e as relações de produção nas comunidades rurais, segundo Baruffi & Cimadon (1989), formam valores e estruturam uma organização social diferenciada do contexto urbano, exigindo, portanto que as ações educativas sejam norteadas pelas características que lhe são peculiares. Para Brandão (1983) a educação rural é fragmento da educação escolar urbana. Uma educação rural adequada precisa ser um entre outros elementos de uma política efetiva de redistribuição da propriedade fundiária e de garantia de justiça social.

A formação específica do técnico agrícola, segundo Pessoti (1995) teve início em 1946. Os cursos eram de nível médio, com três anos de duração e ministrados em Escolas Agrotécnicas pertencentes, em sua maioria, ao governo federal. (Decreto-Lei Nº 9.613 de 20 de agosto de 1946 – Lei Orgânica do Ensino Agrícola). Em função de reduzir custos, os cursos de agricultura e pecuária se uniram e assim surgiu o técnico em agropecuária, denominação criada em 1972.

O ensino nas áreas rurais, segundo Niskier (1996) e Furtado (2002), é o que apresenta maiores percentagens de reprovação, ausência às aulas, número de professores leigos e distorções idade-série. Os autores apontam algumas deficiências do ensino rural, como carência de recursos didáticos, baixa remuneração dos profissionais, falta de esforço das autoridades e a não adoção da lei que permite a adaptação do período letivo ao calendário agrícola (Lei 5692/71).

Todas as leis e projetos de educação rural, embora se fundamentassem na questão do êxodo rural, não conseguiram frear este processo. Segundo o INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) (2002), de 1960 a 2000 a população rural, em relação ao total da população, diminuiu de 54,9% para 18,8%.

A preocupação com um ensino rural que se adapte às características do meio rural, segundo Silva & Souza (1997) é manifestada desde a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB-lei 4024/61) e se repete no artigo 28 da atual LDB (lei 9394/96). Uma educação que desperte no agricultor a capacidade de refletir sobre seu

contexto, para Baruffi & Cimadon (1989), deve evidenciar a terra, que é seu principal instrumento de vida.

Neste sentido, pode-se citar como exemplo a experiência do Setor de Educação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que fundamenta suas ações nas concepções de Paulo Freire, considerando a realidade dos trabalhadores rurais como base para a produção do conhecimento e a educação como um instrumento para potencializar um processo de transformação social.

Desta forma, objetivou-se localizar a Casa Familiar Rural na história da educação brasileira e discutir sua metodologia, como alternativa ao atual modelo de ensino predominante na escola rural, enfocando iniciativas direcionadas ao trabalhador rural, ou seja, o pequeno proprietário, o agregado ou o empregado cujo sustento é retirado do trabalho agrícola.

2. Material e Métodos

O presente trabalho foi realizado junto às Casas Familiares Rurais (CFR) dos Municípios de Pato Branco e Lapa, no Estado do Paraná.

Na Casa Familiar Rural da Lapa foram realizadas reuniões com estudantes e monitores para discutir a metodologia e o funcionamento da CFR; e também visitas aos agricultores, para que nas conversas informais se pudesse perceber as concepções daqueles sobre esta experiência de educação diferenciada para seus filhos.

Optou-se por não utilizar um questionário específico, pois se considera que esta metodologia é extrativa e limitaria a discussão.

A partir da discussão realizada na Casa Familiar Rural da Lapa com todos os segmentos envolvidos e de um suporte teórico a respeito da educação rural brasileira, objetivou-se construir uma análise crítica da CFR.

3. Resultados e Discussão

A duração das atividades na Casa Familiar Rural (CFR) é de três anos; os jovens recebem certificação de conclusão do ensino fundamental e a metodologia utilizada é a da pedagogia da alternância, onde os alunos

permanecem uma semana na CFR e duas semanas na propriedade familiar.

Este fato rompe com a característica da escola tradicional no meio rural, onde o único espaço de ensino-aprendizagem é o espaço físico da própria escola. Retomando o trabalho de Brandão (1983), que relata a grande dificuldade dos agricultores familiares em dispensar os filhos do trabalho e mantê-los na escola por muito tempo.

A unidade escolar da CFR na Lapa, cedida pelo governo Estadual, possui estrutura para a permanência dos alunos em regime de internato, porém existe carência de recursos didáticos. As despesas de telefone, água e energia elétrica são arcadas pela Prefeitura e os alunos colaboram com o que é produzido na propriedade familiar para a sua alimentação. De acordo com as articulações existentes em cada Estado, as Secretarias de Estado, principalmente de Agricultura e de Educação, apóiam a CFR financeiramente e na contratação dos monitores.

A convivência em internato propicia uma melhor integração entre monitores e alunos, gerando laços estreitos de confiança e amizade. A participação dos alunos nas atividades de limpeza e das refeições gera organização.

Pela metodologia proposta, é fundamental a participação das famílias e da comunidade na administração. Por isso, a CFR é administrada por uma associação que congrega os pais dos seus alunos, que contribuem na elaboração do plano de formação, o que rompe com a característica da escola tradicional do meio rural de trazer o conhecimento pronto, distante da realidade dos alunos e potencializa o espírito organizativo dos agricultores. A assembléia da Associação Regional das Casas Familiares Rurais (ARCAFAR) elege um Conselho de Administração, isto é, uma diretoria que representará as comunidades e que administra a CFR.

A contratação de profissionais, muitas vezes, é feita por indicações políticas. Se a CFR procura não reproduzir as estruturas de poder da sociedade, neste ponto infelizmente ainda não conseguiu superar isto. Um dos monitores da CFR da Lapa pediu demissão por motivos salariais e foi contratado por uma multinacional fabricante de defensivos agrícolas. Após o término do contrato, através de influências políticas, foi recontratado para o trabalho na CFR, o que desagradou os outros

monitores, criando um ambiente de mal estar, que resultou na demissão daqueles. Cabe aqui também questionar a atitude dos monitores no sentido do que seria mais importante para eles: o desagrado com a situação ou o trabalho na CFR ?

Os monitores são profissionais ligados à área de Ciências Agrárias e contam com o apoio da ARCAFAR para a formação referente à Pedagogia da Alternância.

Os monitores que conduziam o trabalho antes dos problemas políticos se destacaram na graduação em Agronomia na Universidade Estadual de Ponta Grossa, devido ao envolvimento com a agricultura familiar, que aconteceu mais por identidade pessoal do que por incentivo institucional; o que potencializava o trabalho na CFR.

Os principais objetivos das CFR são: oferecer formação integral adequada à realidade dos jovens, que lhes permitam atuar como profissionais do meio rural, permitindo a sua permanência no campo em condições dignas de vida além de se tornarem homens e mulheres capazes de exercer plenamente a cidadania; melhorar a qualidade de vida; fomentar o desenvolvimento do espírito associativo; desenvolver consciência de que é possível viabilizar uma agricultura sustentável, sem agressões ao meio ambiente.

Como mostra o Quadro 1, a semana na CFR é programada com vários espaços.

QUADRO 1

A Semana na Casa Familiar Rural da Lapa

Segunda – feira	Terça – feira	Quarta – feira	Quinta – feira	Sexta – feira
Chegada dos alunos	Plano de formação	Plano de formação	Cursos	Plano de estudos
Contato individual e colocação em comum	Plano de formação	Visitas de estudos	Plano de formação	Caderno da empresa agrícola e avaliação
Cultural	Cultural	Cultural	Cultural	Retorno

Fonte: Pesquisa de campo

O contato individual e a colocação em comum são espaços muito importantes para que os monitores possam perceber as interpretações dos alunos a respeito de sua realidade, suas expectativas em relação ao curso e também para concretizar a construção coletiva do conhecimento. O contato individual é o momento onde os monitores conversam com cada aluno sobre as semanas na propriedade e outros assuntos. Este momento é importante para os alunos que têm uma maior dificuldade em se expressar na sala de aula. Aqui se rompe a característica da escola tradicional de não considerar as diferenças individuais. Na colocação em comum, alunos e monitores se reúnem para trocar as experiências vividas durante as semanas na propriedade.

Os monitores relataram certa dificuldade em estabelecer um diálogo com os alunos, pela falta de domínio de técnicas pedagógicas e psicológicas.

O espaço de avaliação propicia aos alunos a oportunidade de avaliar a escola, o que é raro em qualquer instituição de ensino, onde apenas os alunos são avaliados.

Outros espaços de ensino-aprendizagem são as visitas de estudos, que são aulas práticas sobre os assuntos que estão sendo discutidos; cursos e palestras sobre assuntos de interesse dos alunos e também o espaço cultural, onde os alunos podem organizar atividades de lazer.

O caderno da empresa agrícola agrupa as experiências dos planos de estudo e das colocações em comum. O caderno de alternância é onde os alunos registram as experiências vividas durante as semanas na propriedade e na CFR. Um exemplo de caderno de alternância é dado no Quadro 2.

QUADRO 2

Exemplo de caderno de alternância.

Semana na Cfr	Semana na propriedade
Aluno: Antônio Czelusniak Data: 03/06 a 03/11/98 Plano de estudos: ovinos Estudos de culturas: milho Criações: ovinos Estudos sociais: geografia, matemática, ciências e português. Estudos diversos: palestras sobre plantio direto, curso sobre derivados de leite, futebol amistoso com o time da Lapa. Obs. dos monitores: Você é um jovem corajoso e lutador! Que deus te abençoe e sempre te dê força para continuar. Um abraço: Monitora Kátia F. Andrade	Aluno: Antônio Czelusniak Data: 07 a 22/11/98 Nestas duas semanas não fiz muita coisa, pois o tempo está seco, sem chuva. Arrancando batata, preparando o terreno para plantar milho, jogando uréia no feijão, esparramando saibro. E no fim de semana fui no baile. Assinatura dos pais: Ana Czelusniak

Fonte: Pesquisa de campo

Pode-se dizer que são raras, não somente na escola rural, mas em qualquer escola, as relações professor-aluno onde se compartilham experiências pessoais, como mostra a frase redigida pelo aluno: “E no final de semana fui no baile”, conforme Quadro 2. Os elementos emocionais enriquecem a relação.

A Associação das Famílias discute o plano de formação que será desenvolvido durante o período que o jovem passa na CFR, permitindo que o plano de formação de cada CFR esteja ligado à realidade da região onde ela está inserida. O Quadro 3 mostra um exemplo de plano de formação.

QUADRO 3

Exemplo do plano de formação da CFR da Lapa

Tema	Português	Matemática	História	Geografia	Educ. Artística
Solo	Texto e acentuação	Porcentagem, densidade	Colonização	Relevo, mapas	Minhocário
Ovinos	Redação	Medidas de área (piquetes)	Folclore	Continentes (Oceânia)	Transformação lâ em fio

Fonte: pesquisa de campo

Existem as disciplinas e os temas relacionados a elas, como mostra o Quadro 3. Por exemplo: dentro do tema solo, na disciplina de português são trabalhados texto e acentuação; em matemática tratou-se de unidades (porcentagem de argila, etc.); em história discutiu-se como aconteceu o processo de colonização para que estabelecesse a estrutura fundiária atual; em geografia as formas de relevo e suas implicações na agricultura, interpretação de mapas; em educação artística pode-se discutir a ação das minhocas no solo e o potencial destas para a transformação da matéria orgânica, em decomposição, em fertilizante orgânico; destacando-se a atenção às peculiaridades do meio rural.

A aula é expositiva, fator limitante o qual reduz as possibilidades de participação dos alunos. Apesar disso, esta forma de apresentação dos conteúdos pode adquirir diferentes dimensões, de acordo com cada monitor; uma aula expositiva pode ser menos ou mais participativa.

Durante as duas semanas na propriedade, através do plano de estudo o aluno discute a sua realidade com a família, provoca reflexões e planeja soluções irradiando conhecimentos na comunidade. Durante a alternância, as famílias recebem visitas dos monitores, o que proporciona um maior contato com a realidade dos alunos.

Várias questões deste trabalho merecem uma abordagem mais profunda, como a preparação dos monitores e também como a CFR trabalha algumas questões da agricultura familiar, como a competência do agricultor, ou seja, o dom de ser agricultor, a habilidade para o trabalho na agricultura que é discriminado pela sociedade. Outra questão é o profissionalismo na agricultura familiar, que desperta para o fato de que o conhecimento não pode ser privilégio de alguns e que o pequeno agricultor também pode ser um bom usuário da tecnologia. Além destas questões, a CFR merece estudos mais detalhados como instrumento de desenvolvimento rural.

O que marcou a visita a CFR foram a receptividade dos agricultores, os laços estreitos de amizade entre aqueles e os monitores e o entusiasmo pela escola de seus filhos, o que mostra a aceitação e o apoio ao trabalho da CFR. O descrito de certa forma corrobora com Milani Filho et al. (2002) os quais vislumbram com a CFR a oportunidade de proporcionar aos jovens rurais uma formação pessoal, social e econômica necessária para a uma vida na área rural com dignidade, liberdade e satisfação.

4. Para não concluir

Dentro do atual contexto do ensino rural brasileiro, onde o comprometimento com a realidade rural não ultrapassam as leis, a Casa Familiar Rural torna-se uma experiência importante, pois representa um avanço bastante significativo neste ponto.

No caso da CFR da Lapa, toda a metodologia é um potencial, mas existem problemas na relação entre esta metodologia e o papel do Estado.

Apesar dos problemas, a CFR da Lapa merece um voto de louvor pela aceitação e apoio dos alunos e suas famílias.

5. Referências Bibliográficas

BARUFFI, Helder; CIMADON, Aristides. Educação rural: elementos para um plano de trabalho nas escolas municipais. Porto Alegre: Evangraf, 1989. 167p.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Casa de escola: cultura camponesa e educação rural.. Campinas, São Paulo: Papyrus, 1983. 248p.

CERRI, Claudio. Fim da utopia geográfica. Globo Rural, Rio de Janeiro, n.117, p. 46-63, jul. 1995.

CARNEIRO, Maria José. O ideal urbano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais, In DA SILVA Francisco C.T. *et al.* Mundo Rural e Política: Ensaios Interdisciplinares. Rio de Janeiro: Campus, 1998

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 17.ed. 184p.

FURTADO, E. D. P. Estudo sobre a educação para a população rural no Brasil. Disponível em: http://www.unesco.cl/modos/biblioteca/documentos/estudio_educacion_po_blaicion_rural_brasil.pdf. Acesso em: dezembro de 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) Censo Demográfico 2000. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/censo/>. Acesso em: setembro de 2002.

MILANI FILHO, J.; GANDIN, C. L.; CAVALHEIRO, N. R. R. Casa familiar rural, a juventude aprendendo com a realidade. Agropecuário Catarinense, v. 15 (2), p.56-7, 2002.

NISKIER, Arnaldo. LDB: A nova lei da educação: tudo sobre sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: uma visão crítica. Rio de Janeiro, 1996. 305p.

PESSOTI, Alda Luzia. Ensino médio rural: as contradições da formação em alternância. Vitória: Secretaria de Produção e Difusão Cultural, Universidade Federal do Espírito Santo, 1995. 146p.

RICCI, Rudá. Esboços de uma nova concepção de educação no meio rural brasileiro. Texto produzido para as equipes de educação e agricultura da Fundação SEADE.

SAVIANI, Dermeval. A nova lei da educação: trajetórias, limites e perspectivas. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 1999. 3.ed. 246p.

SILVA, Eurides Brito da; SOUZA, Paulo Nathanael Pereira de. Como entender e aplicar a nova LDB: lei nº 9394/96. São Paulo: Pioneira, 1997. 140p.

Normas para Apresentação de Trabalhos:

1. A revista Extensão Rural, publicação científica do Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural e do Curso de Pós-Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria, publica artigos científicos, revisões bibliográficas, relatos de casos, notas e resumos de teses e dissertações referentes às áreas de desenvolvimento rural e/ou ciências sociais rurais.

2. Os trabalhos devem ser encaminhados no editor de textos Word for Windows, digitados em idioma Português ou Espanhol, devendo ser digitados em folha A4, letra arial tamanho 12, espaço 1,5, não ultrapassando 30 páginas, incluindo tabelas, gráficos, ilustrações e anexos.

3. Os trabalhos devem apresentar o título em idioma Português ou Espanhol e Inglês, e mais três ou quatro termos para indexação (palavras-chave) no idioma original do texto e em Inglês. Devem, ainda conter um resumo no idioma original do artigo (Português ou Espanhol), com no máximo 200 palavras, devidamente traduzido para o Inglês (abstract).

4. O(s) nome(s) do(s) autor(es) deverá(ão) ser colocado(s) abaixo do título, à direita, um embaixo do outro, seguido(s) de número(s) para abrir nota(s) de rodapé com a devida especificação (profissão, titulação, endereço para contato e E-mail).

5. As citações dos autores no texto deverão ser feitas com letras minúsculas seguidas do ano de publicação, conforme exemplos:

Assim Gonçalves (1993) observou...

A média citada por Lunardi e Brum (1992) foi...

Presnel et al. (1992) indicaram... ...com uma má formação congênita (Moulton, 1998)

6. Os artigos serão publicados após aprovação pela Comissão Editorial.

7. Os conceitos e afirmações contidos nos artigos serão de inteira responsabilidade do(s) autor(es).

8. Os trabalhos podem ser enviados por E-mail para o seguinte endereço eletrônico: marcelino@smail.ufsm.br, ou pelo correio para a Universidade Federal de Santa Maria, Revista Extensão Rural, Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural, prédio 44, Campus Camobi, CEP 97.105-900, Santa Maria-RS.